

Transferência em setembro de 2000 para a secção B do Departamento de Investigação e Ação Penal do Distrito Judicial de Coimbra.

Sujeito a inspeção no DIAP de Coimbra, no ano de 2002, foi-lhe atribuída a nota de *Muito bom*.

Participação em diversas ações de formação em Portugal e no estrangeiro, nalgumas delas como palestrante, abrangendo diversos temas: «Escutas telefónicas», «A participação do Ministério Público na fase de julgamento», «Conferência da União Europeia contra a Fraude», «Apresentação do DIAP em comparação com o Ministério Público nas comarcas de competência genérica», «Recolha, aquisição e validade da prova e os direitos fundamentais/As escutas telefónicas e as recolhas de imagem e de som», «Tráfico de mulheres e prostituição», «O Regime Jurídico das Escutas Telefónicas — O ponto de vista do Ministério Público; as perspetivas de reforma», «Seminário Eurojust, Lisboa, 21 de abril de 2006», «Criminalidade Fiscal», «Combate à Corrupção, Prioridade da Democracia», «A Utilização dos Instrumentos da União Europeia em Matéria Penal — Auxílio Judiciário e Reconhecimento Mútuo», «O combate à fraude carrossel de IVA; intervenção do Ministério Público, da Administração Fiscal e das Polícias», «Jornadas Sobre a Revisão do Código de Processo Penal», «Criminalidade Económico-Financeira e Criminalidade Fiscal», «Aspetos das Revisões do Código Penal e do Código de Processo Penal», «O regime processual de interceção e gravação de telecomunicações», «Criminalidade Informática» e «Jornada de Trabalho contra a Corrupção em Portugal»; «Tráfico de Seres Humanos»; «Dever de Reserva: as fronteiras da liberdade de expressão e a não discussão pública de casos judiciais pendentes»; «A Polícia Judiciária defende os direitos de quem?»; «Sistema Integrado de Informação Criminal e Coordenação Policial».

Membro do júri das provas de acesso ao CEJ nos anos de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005.

Designado pela PGR e pela PGD de Coimbra membro da Coordenação Distrital de Coimbra do Ministério Público no âmbito do EURO 2004.

Diretor nacional-adjunto da Polícia Judiciária, na Diretoria de Coimbra, desde 7 de junho de 2008.

Diretor de Unidade Territorial, na Diretoria do Centro da Polícia Judiciária, desde 6 de abril de 2009.

206283221

Despacho n.º 10398/2012

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 38.º e artigo 40.º, n.º 1, alínea b), e n.º 2, da Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto, e obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, é nomeado Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária, em comissão de serviço, o Procurador-Adjunto, Lic. Pedro Alexandre do Carmo Martins Fernando, possuidor de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia na súmula curricular, publicada em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 7 de abril de 2012.

26 de julho de 2012. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

Nota Curricular

Pedro Alexandre do Carmo Martins Fernando.

Nasceu a 05.10.1967 na freguesia de Santa Cruz, em Coimbra.

Concluiu a licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra no ano de 1991, com a média final de 15 valores.

Tomou posse como Auditor de Justiça em 15.09.1992.

Nomeado Delegado do Procurador da República, em regime de estágio, na Comarca da Figueira da Foz, em 15.09.1994.

Nomeado Delegado do Procurador da República, em regime de destacamento, como auxiliar, na Comarca de Trancoso, tendo tomado posse em 10.07.1995.

Colocado, a seu pedido, na comarca de Vouzela, tendo tomado posse em 08.07.1996.

Destacado, a partir de 06.01.1997, para o Tribunal da Comarca de Santa Comba Dão, onde iniciou funções na referida data.

Transferido a seu pedido e colocado na comarca de Santa Comba Dão, tendo tomado posse em 25.06.1998.

Tomou posse no DIAP Distrital de Coimbra no dia 25.01.2000.

Sujeito a inspeções na comarca de Santa Comba Dão e no DIAP de Coimbra, em ambas foi-lhe atribuída a classificação de Muito Bom.

Em 16 de agosto de 2004 tomou posse como Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária, na Diretoria de Coimbra.

Em 11 de junho de 2008 tomou posse como Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária na Diretoria Nacional.

Em 4 de junho de 2009 tomou posse como Diretor Nacional Adjunto da Polícia Judiciária na Direção Nacional.

Palestrante em diversas conferências e ações de formação, em Portugal e no estrangeiro, sobre temas como, por exemplo, proteção de testemunhas, tráfico de pessoas, abuso sexual de crianças, segurança na Internet, incêndio florestal e cooperação judiciária e policial internacional.

Interviente, na qualidade de perito, em encontros de trabalho sobre proteção de testemunhas, organizados pelas Nações Unidas, através do UNODC.

Integrou o comité de peritos do Conselho da Europa que elaborou o projeto da Convenção para a Proteção das Crianças contra a Exploração e os Abusos Sexuais.

Membro dos júris da prova oral de acesso aos XXI e XXII Cursos de Formação de Magistrados Judiciais e do Ministério Público.

Autor de dois artigos publicados na Revista do SMMP: “Acesso aos autos de transcrição das conversas telefónicas interceptadas e segredo de justiça — sentido e alcance do disposto pelo artigo 188.º 5 do CPP” (n.º 94, abril/junho de 2003), e “Praxe: uma perspectiva jurídica” (n.º 110, abril/junho de 2007).

206283165

Despacho n.º 10399/2012

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 38.º e artigo 43.º, n.º 5, alínea b), e n.º 6, da Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto, e obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, é nomeado Diretor da Unidade Disciplinar e de Inspeção da Polícia Judiciária, em comissão de serviço, o Senhor Procurador da República, Lic. José André Vaz, possuidor de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia na súmula curricular, publicada em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 7 de abril de 2012.

26 de julho de 2012. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

Nota Curricular

José André Vaz

Data de nascimento: 18.11.56.

Naturalidade: freguesia de Aldeia da Ponte, concelho do Sabugal.

Habilitações:
1983 — Concluiu licenciatura em Direito, Faculdade de Direito de Lisboa;

1983-1985 — Frequentou VII Curso Especial do Ministério Público, CEJ.

Atividades profissionais e outras:

1985-2002 — Delegado do Procurador da República nas Comarcas de Vila Franca do Campo, de Ponta Delgada e de Lisboa, tendo nesta desempenhado funções no Tribunal do Trabalho de Lisboa;

2000-2002 — Procurador de República na Comarca de Lisboa onde continuou a desempenhar funções no Tribunal do Trabalho de Lisboa;

2002-2009 — Em comissão de serviço, desempenhou funções como Diretor do Departamento Disciplinar e de Inspeção da Polícia Judiciária;

1990-2002 — Formador, no âmbito dos estágios de iniciação e pré-afetação dos cursos de formação do CEJ;

1995-1997 — Docência no Centro de Estudos Judiciários na área de jurisdição laboral;

1995-1997 — Integrou júris dos exames orais para ingresso no Centro de Estudos Judiciários, nos anos de 1995, 1996 e 1997, na área de jurisdição laboral;

2008 — Coordenador do Grupo de Trabalho Para Assuntos Jurídicos (GTAJ), no âmbito da interoperabilidade entre sistemas de informação das entidades que fazem parte do sistema de segurança interna;

2002-2008 — Colaboração na formação, na área da Ética, Deontologia e do Direito Disciplinar, no ISPJCC, atual Escola da Polícia Judiciária.

2009-2012 — Em comissão de serviço, desempenhou funções como Diretor da Unidade Disciplinar e de Inspeção da Polícia Judiciária;

Artigos publicados:

Revista do Ministério Público, n.º 54, 1993, p. 139 Trabalho temporário; n.º 78, 1999, p. 125 — Contrato de trabalho temporário e contrato de utilização: Justificação insuficiente da sua celebração”;

Prontuário de Direito do Trabalho, n.º 46, 1994, p. 59 A Compensação estabelecida para a caducidade dos contratos a termo certo; n.º 47, 1995, p. 107 — a aplicação do artigo 48.º do Dec. 360/71, de 21 de agosto (co-autoria); n.º 50, 1997, p. 57 — Doenças Profissionais e os trabalhadores da C.P. (co-autoria); n.º 76, 77, e 78, 2008, pág. 197 — O poder Discipli-

nar no Direito Administrativo e no Código do Trabalho — semelhanças e diferenças — Jornal O Público, edição de 12/01/2000, p. 13 (artigo de opinião) “Tribunais do Trabalho sem Ministério Público?”.

Conferências/Palestras:

Em 9/2/1996, Direito do Trabalho — Avaliação e Reparação do Dano —, Auditório do CEJ;

Em 27/4/1998, “sobre o Projeto de Proposta de Lei sobre a Revisão do Código do Processo do Trabalho,” a convite da CGTP — Intersindical, em Lisboa;

Em 21 e 22/1/2000 e 4 e 5/2/2000 — “A nova Legislação do Trabalho — Aspetos práticos do novo regime” — no Auditório do CEJ e no Auditório do Centro de Formação do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, respetivamente em 28/1/2002, no Seminário da ARESP — Associação da Restauração e Similares de Portugal — “Contrato a termo” em Lisboa, a convite desta associação empresarial;

Em 3/7/2002 — participação num Painel sobre a “A Reforma do Processo de Trabalho” promovido pelo Centro de Estudos Sociais — Observatório Permanente da Justiça Portuguesa — da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em Coimbra;

Em 29/3/2003 — “O Ministério Público na Jurisdição Laboral” participação na Conferência Nacional do SMMP, no Hotel Estoril Eden;

Em 8/7/2004 — intervenção na sessão “Encontro com Magistrados”, no âmbito do XXI Curso Normal de Formação de Magistrados, no CEJ;

Em 17/10/2005 e em 9/1/2006 — participação numa sessão sobre responsabilidade disciplinar dos magistrados, no âmbito do XXIV Curso Normal, no CEJ.

206283173

Despacho n.º 10400/2012

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 38.º e 42.º, n.ºs 1, alínea b), e 2, da Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto, e obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, é nomeado diretor da Unidade Territorial na Diretoria do Norte da Polícia Judiciária, em comissão de serviço, o procurador da república licenciado João Manuel Batista Romão, possuidor de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia na súplica curricular publicada em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 7 de abril de 2012.

26 de julho de 2012. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

Nota curricular

João Manuel Batista Romão.

Data de nascimento: 7 de fevereiro de 1959.

Naturalidade: Julião da Figueira da Foz.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em julho de 1984;

Curso de pós-graduação em Psicologia pelo Colégio Universitário de Altos Estudos, no Porto, em 2001.

Atividade profissional:

Advogado estagiário na Comarca da Figueira da Foz, de setembro de 1984 a setembro de 1985;

Auditor de Justiça do IV Curso Normal de Formação de Magistrados do Centro de Estudos Judiciários, em 1985-1986 e coparticipante no *Caderno n.º 2/87*, publicado pelo Centro de Estudos Judiciários, com o título de três temas de trabalho e o tema «A proteção contra despedimentos de representantes de trabalhadores»;

Auditor de justiça estagiário do Ministério Público da Comarca de Cantanhede, em 1986-1987;

Delegado do procurador da República, em regime de estágio, na Comarca de Pombal, entre setembro de 1987 e abril de 1988;

Delegado do procurador da República estagiário com responsabilidade direta na Câmara de Acusações — Serviços do Ministério Público da Comarca de Coimbra, entre maio e dezembro de 1988;

Delegado do procurador da República, efetivo na Comarca de Trancoso, entre 14 de dezembro de 1988 e 14 de fevereiro de 1989, em acumulação com a Comarca da Meda, nesse mesmo período, ambas do Círculo da Guarda;

Delegado do procurador da República, efetivo na Comarca do Porto, desde 15 de fevereiro de 1988 a 1 de abril de 1997, a exercer funções:

Tribunal de Instrução Criminal, entre 21 de fevereiro e 14 de setembro de 1989;

Departamento de Investigação e Ação Penal — 4.ª Secção do Ministério Público (Pereira Reis) do Tribunal Criminal, entre 15 de setembro de 1989 e 14 de setembro de 1993;

Tribunal de Menores com PA's e Averiguações Oficiais de paternidade e Maternidade do Tribunal de Família, entre 15 de setembro de 1993 e 15 de setembro de 1995;

Tribunal de Família (2 Juízos e Processos da Curadoria), entre 16 de setembro de 1995 e 1 de abril de 1997;

Procurador-adjunto efetivo no Tribunal Judicial da Comarca da Maia, desde a sua instalação como Comarca de Competência Genérica (2.º e 4.º Juízos, até fevereiro de 1998, e 4.º Juízo, a partir dessa data, acrescidos dos Inquéritos, Processos Administrativos e Instrução Criminal), com exercício efetivo entre 2 de abril de 1997 e 20 de março de 2001;

Representante do Ministério Público na Comissão de Proteção de Menores da Maia, instalada desde 1 de março de 1996 a 15 de setembro de 2000, tendo assumido a presidência nos primeiros dois anos e nos dois anos seguintes o cargo de secretário, em acumulação com o serviço do Tribunal;

Formador do Centro de Estudos Judiciários, entre 1997 e 20 de março de 2001 (formação de auditores de justiça e de procuradores-adjuntos estagiários);

Procurador do Círculo Judicial da Figueira da Foz, com funções de Coordenação entre 21 de março de 2001 e 3 de março de 2008;

Interlocutor do Ministério Público na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Figueira da Foz, entre abril de 2001 e setembro de 2004, e de março de 2006 a setembro de 2007;

Diretor nacional-adjunto da Polícia Judiciária, a exercer funções na Diretoria do Porto, desde 4 de março de 2008, em comissão de serviço, por nomeação do Ministro da Justiça e sob proposta do diretor nacional, com autorização do Conselho Superior do Ministério Público;

Diretor de Unidade Territorial, na Diretoria do Norte da Polícia Judiciária, desde 6 de abril de 2009, em comissão de serviço, por nomeação do Ministro da Justiça e sob proposta do diretor nacional, com autorização do Conselho Superior do Ministério Público.

206283238

Despacho n.º 10401/2012

Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 38.º e 42.º, n.ºs 1, alínea b), e 2, da Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto, e obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, é nomeado diretor da Unidade Territorial na Diretoria do Sul da Polícia Judiciária, em comissão de serviço, o procurador-adjunto licenciado Luís Manuel Maia Mota Carmo, possuidor de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia na súplica curricular publicada em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a 7 de abril de 2012.

26 de julho de 2012. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

Nota curricular

Dados biográficos:

Luís Manuel Maia Mota Carmo.

Nascido em 11 de abril de 1962, em Lisboa.

Habilitações académicas:

Licenciado em direito pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa);

Curso de especialização em Ciências Jurídico-Criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Dados profissionais:

De 13 de novembro de 1986 a 27 de julho de 1988 — estágio de advocacia do Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados; De 27 de julho de 1988 a 17 de setembro de 1990 — exercício de funções como advogado com escritório no Porto;

De 17 de setembro de 1990 a 15 de setembro de 1992 — auditor de justiça na fase «Teórico-prática» do Centro de Estudos Judiciários;

De 15 de setembro de 1992 a 14 de junho de 1993 — procurador-adjunto estagiário no tribunal judicial da comarca de Cascais;

De 14 de junho de 1993 a 11 de julho de 1997 — procurador-adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Vila Real de Santo António;

De 11 de julho de 1997 a 10 de janeiro de 2006 — procurador-adjunto no Tribunal Judicial da Comarca de Tavira;

De 12 de janeiro de 2006 a 20 de agosto de 2006 — procurador-coordenador e formador de magistrados na Procuradoria-Geral da República de Timor-Leste, no âmbito da missão «UNOTIL — United Nations Office in Timor-Leste»;